METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ESTUDO DE CASO COMUNIDADE CARIPI NA REGIÃO DE VÁRZEA DE CAMETÁ-PA

Cibele Rossana Funck Donato[1]
Lian Valente Brandão[2]

Resumo: Este trabalho apresenta uma metodologia participativa para implementação do Turismo de Base Comunitária (TBC). Buscamos avaliar as potencialidades locais existentes integradas aos produtos da sociobiodiversidade na Comunidade Caripi, verificando as possibilidades e suas restrições para o uso da atividade turística. O estudo foi realizado na referida comunidade, considerada uma região de várzea pertencente ao Município de Cametá, no Estado do Pará. Metodologicamente, o trabalho empregou a pesquisa-ação, o planejamento participativo e o diagnóstico rural participativo (DRP). Como instrumentos de campo foram feitas observações, aplicação de questionários e oficinas, além dos dados georreferenciados. Ao final, pode-se constatar que a comunidade ribeirinha de Caripi apresenta potencial para o desenvolvimento do TBC.

Palavras-chave: Planejamento Participativo; Turismo de Base Comunitária; Sociobiodiversidade; Amazônia.

Abstract: This paper presents a participatory methodology for the implementation of the TBC. We sought to evaluate the existing local potentialities, integrated with the products of the sociobiodiversity in

1 Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA Campus Castanhal, Pará, Brasil e Bacharel em Turismo pela UNICRUZ-RS. E-mail: cibelefdonato@gmail.com

2 Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, IFPA Campus Castanhal, Pará, Brasil. E-mail: lianpesca@yahoo.com.br.

the Caripi Community, verifying the possibilities and their restrictions for the use of the tourist activity. The study was carried out in the refered community, considered a region of meadow belonging to the Municipality of Cametá, in Pará. Methodologically, the work used action research, participatory planning and participatory rural diagnosis (DRP). As field instruments, observations, questionnaires, workshops, and georeferenced data were made. At the end, it can be seen that the community of Caripi has potential for the development of community-based tourism (TBC).

Keywords: Participatory Planning; Community Based Tourism; Sociobiodiversity; Amazônia.

Introdução

As discussões que envolvem o meio ambiente estão cada vez mais limitadas aos fatos em maior evidência, como a substituição da paisagem, a destruição dos recursos naturais e a tão difundida importância de os indivíduos refletirem sobre suas práticas cotidianas. Portanto, entende-se que, para reverter este quadro, visto a necessidade de preservação e de melhorias das práticas de utilização do meio para a sua sustentabilidade, é necessário uma reflexão e implementação dessas novas formas de produção, organização e participação, as quais precisam ser norteadas por um planejamento, considerando as especificidades da realidade amazônica sob uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

A história da Amazônia tem se constituído numa relação de perdas e danos, de um povo vítima paradoxalmente de sua própria riqueza, magia e exuberância (LOUREIRO, 2002). Conforme Becker (2005), toda essa exploração tem gerado na história da Amazônia uma relação entre poder e espaço geográfico de conflito no campo, de misérias urbanas e principalmente de desperdício de recursos naturais.

A microrregião do Baixo Tocantins, uma das regiões de colonizações mais antigas do estado do Pará, por pertencer a uma parcela da Amazônia, também vivenciou a crise dos ciclos econômicos de exploração extrativista da borracha, do cacau e mais recentemente da pimenta do reino. Além

disso, passou por outras agruras como a crise ambiental ocasionada pelos grandes projetos instalados na região, que alteraram o ecossistema da microrregião (APACC, 2010).

Todos esses fatos, somados a um território com escassez de investimentos – os quais se limitaram, nos últimos anos, somente a intervenções de políticas públicas sociais –, caracterizaram a Comunidade Cametá como um dos locais onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta um dos menores valores (IBGE, 2014). A comunidade ficou em terceiro lugar, com 29% da taxa de extrema pobreza, no levantamento realizado para diagnosticar a vulnerabilidade econômica da região. Desse quantitativo, boa parte encontra-se na região das Ilhas (FAPESPA, 2015).

Em suma, o presente trabalho é um estudo realizado na comunidade ribeirinha de Caripi, localizada no distrito de Juába, considerada uma região de várzea pertencente ao município de Cametá, localizado na mesorregião, território da microrregião do Baixo Tocantins, Pará.

A região do Tocantins apresenta dinâmicas de ocupação e de desenvolvimento socioeconômico diferenciadas devido ao fato de a sua ocupação territorial ser predominantemente ribeirinha. Suas melhores condições econômicas acontecem no período da safra do açaí e da liberação da pesca (CARDOSO *et al.*, 2007), pois suas pluriatividades[3] são baseadas no agroextrativismo de várzea, na extração do fruto açaí (*Euterpe oleracea*); na pesca e na agricultura familiar (CARDOSO *et al.*, 2007; PARÁ, 2009; PDA, 2006).

Desta forma, é possível observar que a maioria das propriedades está à margem do rio e mais de 56% da população ainda vive em áreas consideradas rurais, em uma área de abrangência de 3.073,9 quilômetros quadrados, que abriga 120.896 habitantes. Em um contexto geral, Oliveira, Brandão e Pena (2015, p.4), especificam que a região possui

> uma economia a base do extrativismo vegetal, agricultura familiar e da pesca artesanal, complementada por outras rendas como aposentadorias, auxílios governamentais, serviços públicos na área

[3] A noção de pluriatividade na agricultura familiar refere-se à combinação de uma ou mais formas de obtenção de renda, seja na diversificação das atividades rurais ou com a inserção profissional dos membros de uma mesma família que vivem em uma mesma unidade produtiva (SCHNEIDER, 2003).

educacional, na área da saúde e no setor informal, e criações de pequenos animais fazem parte da economia que é sazonal.

Essas atividades são consideradas uma espécie de produção familiar rural, no sentido de descrever um tipo de agricultor que, dentre a pesca artesanal e extrativismo vegetal, pratica ainda a agricultura como atividade complementar (SCHMITZ; MOTA, 2007), sendo o produtor familiar rural amazonense comumente chamado de ribeirinho (CANTO, 2007).

Apesar das crises sócio-econômica e ambiental apresentadas anteriormente, o fato de a Amazônia ser extremamente próspera em sua biodiversidade e dotada de um enorme potencial de crescimento na organização de seus arranjos socioprodutivos põe essa população à frente no enfrentamento desses desafios e na busca de suas respectivas soluções. Surge assim a motivação de implementar o turismo de base comunitária na agricultura familiar camponesa (ou denominada aqui como ribeirinha) como uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a comunidade.

O turismo de base comunitária (TBC) é um turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera, predominantemente, benefícios para esses povos e para a conservação da biodiversidade (MITRAUD, 2003). Além disso, o TBC é "uma atividade econômica solidária (...) baseada em um princípio de equidade na distribuição de renda", segundo Sansolo e Burstyn (2009, p. 146).

Dessa forma, por ser uma prática que tem como cerne o desenvolvimento local e o respeito à cultura, ao meio ambiente e a sua dinâmica social, o TBC torna-se uma opção econômica apropriada para a Comunidade de Caripi, na qual a sociobiodiversidade[4] constitui toda a riqueza.

Este trabalho tem como foco orientador de investigação as seguintes questões: a) *quais os passos a serem realizados para implantar uma metodologia participativa de turismo de base comunitária em uma região de várzea?*; e b) *a comunidade Caripi possui potencialidades para fomentar o turismo de base comunitária?*

[4] A sociobiodiversidade engloba produtos, saberes, hábitos, cultura, valores e tradições próprias de um determinado lugar ou território. É a relação entre bens e serviços gerados a partir de recursos naturais, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse das comunidades tradicionais, as quais promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, gerando renda e promovendo qualidade de vida (BRASIL, 2009b).

Por ser essa a primeira comunidade, dentre as cento e doze ilhas pertencentes a Cametá, a planejar e estabelecer ações para a execução do TBC, esta pesquisa é considerada um produto inovador. Assim, nosso objetivo é estabelecer uma metodologia participativa identificando as potencialidades locais integradas aos produtos da sociobiodiversidade existentes na comunidade Caripi, para que se possa, posteriormente, implantar o TBC como projeto piloto na região do Baixo Tocantins.

Desta forma, torna-se necessário apresentar quais os caminhos traçados para planejar e organizar os recursos locais baseados nos princípios de TBC, a fim de buscar sua implantação. Para isso, é necessário identificar suas potencialidades e mapear suas oportunidades; só assim, paulatinamente, desenvolveremos ações que visem o crescimento econômico local.

Material e Método

A metodologia foi constituída de revisão bibliográfica e trabalho de campo, entre 2014 a 2016, tomando como objeto de estudo 16 propriedades familiares da comunidade de Caripi da região de várzea de Cametá e seus territórios adjacentes, do Baixo Tocantins (Pará, Amazônia Oriental).

As reflexões metodológicas trabalhadas nesta pesquisa priorizaram o trabalho de campo e o respeito ao dado empírico. Foram realizadas oficinas, visitas à comunidade e seus atrativos para coleta de dados, registro fotográfico, observação, aplicação de questionários e conversas informais. Tudo isso será apresentado no decorrer do trabalho. Foram integrados, nesta análise, dados relacionados à dinâmica social, econômica e ambiental, que preside os meios e modos de vida dessas famílias.

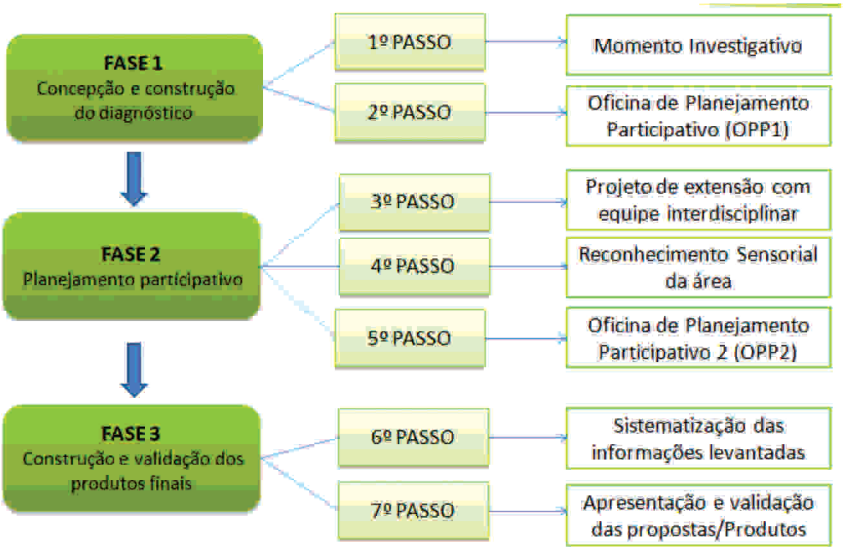
Buscou-se dar ênfase ao uso das metodologias participativas, inclusive nos planejamentos, quando houve uma interação entre os saberes populares e as informações científicas. Assim, este trabalho toma como base metodológica a pesquisa participante, com premissa nas etapas da pesquisa-ação, principalmente por ser uma metodologia "que só pode ser desenvolvida de grupo para grupo" (PINTO, 2014, p.132).

Neste sentido, teve como fio condutor o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como ferramenta metodológica, que, segundo Verdejo

(2010), é uma metodologia especificamente elaborada para intervenção. Um dos métodos consiste na aplicação do questionário semiestruturado com 40 perguntas aos participantes da Comunidade Caripi. O questionário foi realizado com amostragem aleatória simples.

Todo o trabalho foi desenvolvido com base em três fases metodológicas (figura 01), as quais, por sua vez, se desdobram em passos. Essas fases se operacionalizaram por meio de "ferramentas participativas", que, no desenrolar da atividade, tornaram-se instrumentos específicos da metodologia de planejamento participativo.

Figura 1 – Fases dos procedimentos metodológicos



Fonte: DONATO (2016)

Deste modo, além de permitir diagnosticar os mais distintos anseios de um determinado grupo de pessoas diante das mais diversas situações e contextos, pode-se aferir e mapear os produtos existentes em uma determinada comunidade, as suas relações de trabalho e outros indicadores, utilizando, para isso, as metodologias propostas pelo DRP. As ferramentas participativas descritas representam apenas uma amostra diante do universo de possibilidade que o modelo participativo pode alcançar.

Revisão teórica e conceitual

Foram utilizadas bibliografias sobre desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, turismo de base comunitária (TBC) e planejamento para resgatar o debate teórico existente sobre o assunto. Sem este embasamento, a compreensão do universo empírico do trabalho não seria possível.

3.1 Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável.

A discussão sobre desenvolvimento está no centro dos debates sobre a crise e as perspectivas do sistema Terra. Conceitua-se desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (DAL SOGLIO, 2013). Os defensores dessa concepção entendem o desenvolvimento econômico como derivado da superação dos limites tecnológicos, através do estabelecimento de novos paradigmas, em um processo em que a inovação tecnológica é uma derivação das inter-relações entre ciência, tecnologia e técnicas (COSTA et al, 2014).

Essa visão, construída com base nas escolas econômicas de Adam Smith, Keynes e recentemente no neoliberalismo, tem colaborado para a crise multifacetada que vivemos e encobre os problemas sociais e ambientais (DAL SOGLIO, 2013). Para Sachs (1995), o crescimento da economia é compatível com a noção de "maldesenvolvimento", pois mantêm disparidades sociais e justifica exorbitantes custos ecológicos em nome do progresso.

Nessa linha, algumas ideias contrárias ao desenvolvimento econômico eclodiram por força da necessidade de uma conferência dos impactos sócio-ambientais (MONTIBELLER, 2004). Diante destas críticas, muitas foram as tentativas de medir e regular os impactos sociais e ambientais provenientes do crescimento econômico.

O "desenvolvimento" pode ser caracterizado como uma ação previamente articulada a fim de induzir mudanças num dado ambiente (VEIGA, 2005). Essa ação, tencionando encobrir os problemas que dela decorrem, utiliza-se de vários meios para que seja visto como um processo positivo (BRÜSEKE, 2001). Celso Furtado (1980) entende o

desenvolvimento como um processo de transformação do mundo realizado pelo homem com o intento de atender as suas necessidades.

O problema se encontra na incapacidade dos modelos atuais de desenvolvimento em incorporar uma dimensão que há muito tem sido apresentada como fundamental: a sustentabilidade (DAL SOGLIO, 2013). Quando debatemos sobre desenvolvimento, incorporando aspectos humanos e ecológicos, podemos considerar a sustentabilidade como a condição a ser alcançada por sistemas complexos. Os componentes sociais e ecológicos devem atuar na intenção de se regenerar por um tempo considerável, garantindo a preservação e a qualidade de vida como um todo (DAL SOGLIO, 2013).

Segundo Costa (2006), os princípios básicos desse conceito de desenvolvimento foram formulados por Ignacy Sachs (1995), sendo posteriormente apresentadas outras terminologias para o tema, como crescimento orgânico, crescimento intensivo e competência viável (RESQUE, 2012).

O termo desenvolvimento sustentável só apareceu oficialmente em 1980 em um documento proposto para a primeira Estratégia Mundial para a conservação, produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Hoje o chamado desenvolvimento sustentável inclui múltiplas dimensões de complexa articulação científica, natural, social, econômica, etc. permeadas por diferentes valores éticos-sociais (COSTA, 2006), os quais deve-se levar em consideração ao menos o tripé economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto (EID; CHIARIELLO, 2012).

3.2 Sustentabilidade e Turismo Sustentável

Para Malvezzi (2013), a palavra sustentabilidade expressa um conceito sobre o qual se tem uma compreensão intuitiva, mas difícil de ser definido, porque esconde uma complexa polissemia. Ferreira (2007, p.180) afirma que "a sustentabilidade está ligada a três fatos importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio". Para Boff (2012), a sustentabilidade abarca uma visão holística, integradora, a mais includente possível, e de

forma sistêmica, em que cada parte afeta o todo e inclui os ganhos da nova cosmologia de transformação.

Nesse sentido, a sustentabilidade é um conjunto de ações relacionadas que visam suprir as atuais necessidades sem prejudicar as próximas gerações, estando diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, social, ambiental e cultural para que se possam evitar contínuas agressões ao meio ambiente. Isso significa a utilização inteligente dos recursos naturais.

Assim, é preciso que planejadores, poderes públicos, populações locais, organizações, empresários, entre outros, formem um conjunto de ações cuja finalidade seja a melhoria de qualidade de vida com manutenção do equilíbrio ambiental (LIMA, 2012). Isso pois toda atividade socioeconômica, incluindo o turismo, está intimamente ligada ao meio ambiente. Desta forma, Nicodemo (2016), ao dizer que o turismo vem sendo um dos maiores segmentos econômicos do mundo, defende que é necessário realizá-lo de forma que estejam em harmonia com seu ambiente físico, social e cultural ao longo prazo, ou seja, que envolva as questões de conservação de recursos naturais e sociais.

Para amenizar os efeitos negativos que a atividade pode ocasionar, organizações de todos os tipos no setor do turismo estão preocupadas em obter um desempenho correto em relação à sustentabilidade, buscando gerir o menor impacto de suas atividades e levando em consideração sua política e seus princípios (MOURÃO, 2004). Coriolano (2007) também lembra que turismo e meio ambiente são duas realidades inseparáveis, porque para vivenciar o turismo é preciso que o denominado turista se desloque e entre em contato com o território.

Existem na atualidade alguns esforços para tentar mudar o caminho que vem seguindo o desdobramento do turismo. Autores como Candiotto (2010), Campanhola e Graziano da Silva (2000) defendem o turismo como uma atividade potencial para o melhor aproveitamento dos recursos tanto naturais como culturais. No quesito de atrativos naturais, o Brasil, foi apontado, pela terceira vez consecutiva em 2015, em primeiro no ranking de 141 países, pelo Fórum Econômico Mundial, estabelecendo a sustentabilidade como uns dos itens obrigatórios em sua agenda (BRASIL, 2016, p.16).

Os debates acerca dos processos que permeiam o "turismo sustentável" buscam minimizar os impactos ambientais e socioculturais ao mesmo tempo em que promovem benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos.

Vale relembrar que a sustentabilidade no turismo é entendida de forma ampla, de maneira a garantir a conservação não apenas dos recursos naturais, mas da cultura e da integridade das comunidades visitadas (BRASIL, 2016, p.16), isto é, pela valorização das pessoas, do patrimônio cultural e histórico, pela preservação dos costumes locais e incentivo ao resgate das tradições, incluindo manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro e o artesanato (BRASIL, 2009a).

Todos esses elementos são considerados potencialidades para se desenvolver o turismo, preservando as singularidades do lugar, ou seja, os elementos cotidianos de uma localidade podem ser extremamente atrativos para visitantes que não participam de seu dia a dia (OPPLIGER, *et al*. 2016).

Desta busca de novos modelos centrados no aproveitamento da diversidade territorial de forma inclusiva e nas práticas turísticas diferenciadas, amparadas por princípios de sustentabilidade e interação com o meio, surge o turismo de base comunitária (MORAES, 2011).

3.3 Turismo de base comunitária (TBC)

O atual modelo de desenvolvimento baseado na lógica darwinista do mercado e do capitalismo exacerbado que associa consumo a bem-estar vem provocando em alguns lugares o turismo desordenado ou consumista, que não determina retorno econômico e social para os locais que o acolhem.

Por este motivo, começam a surgir esforços para buscar caminhos alternativos que gerem menos impactos à natureza e às comunidades locais, surge então o Turismo de Base Comunitária (TBC) como uma resposta que complementa e se contrapõe ao modelo vigente: o denominado "turismo de massa[5]".

Diante disso, Sampaio *et al* (2011) especifica que é uma modalidade

[5] Turismo de massa se refere à produção de turismo organizado industrialmente, que apoia o movimento de grandes números de pessoas (COOPER, HALL E TRIGO, 2011, p. 39).

de turismo mais próxima da natureza, distante das perspectivas modernistas, dialogando entre o tripé: turismo, natureza e tecnologia. Diferencia-se porque faz das comunidades visitadas as protagonistas da atividade, possuindo controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão, por meio do envolvimento participativo desde o início, proporcionando a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.

Cabe reforçar que essa alternativa de turismo enaltece as belezas naturais ligadas aos ecossistemas onde se localizam as comunidades e valoriza a cultura, a produção material e a identidade local. Essas comunidades geralmente são definidas, por critérios geográficos, como um território isolado compartilhando costumes, usos e tradições, ou por funções socioeconômicas, variando por modos de produção e distribuição (BARRETTO, 2004).

A noção conceitual citada por Sansolo e Bursztyn (2009, p. 147) ressalta que:

> O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária.

Segundo Maldonado (2009), o patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. É estabelecida, portanto, uma relação de troca de saberes e viveres que são matéria-prima para a atividade de turismo de base comunitária.

Diante dos vários conceitos pesquisados de TBC, podem ser observadas algumas semelhanças e aproximações, no entanto, destaca-se que os componentes de conservação ambiental, valorização da identidade cultural e geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras sustentam a maioria dos conceitos.

Ao discutir o tema, é possível observar uma equivalência entre autores. Sansolo e Bursztyn (2009); BRASIL (2010); Maldonado (2009);

Coriolano (2009); Sampaio *et al* (2011) alegam que o TBC configura um modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação da comunidade predomina em todo processo decisório, apresentando uma autogestão dos recursos comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

O TBC tem como característica distinta as dimensões humana e cultural baseadas na transparência no uso, na valorização da cultura local e conservação de modos de vida e da preservação da biodiversidade. Conforme destacado por Benevides (2002), a viabilidade de realizar o desenvolvimento local através da atividade turística dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo e, por último, qualidade de vida.

Irving (2009, p.111), por sua vez, defende que o desenvolvimento do turismo comunitário só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo.

É salutar lembrar que as primeiras incursões referentes ao TBC na América Latina surgiram a partir dos anos 80 por meio do Turismo Rural Comunitário (TRC) e atualmente encontram-se presente em todos os ecossistemas do continente (MALDONADO, 2009). Já no Brasil, essas datam de meados dos anos 1990 e foram organizadas independentemente de ações públicas.

Em 2008 o MTur lançou o Edital n.001/2008 para financiamento de Projetos de TBC (GÓMEZ *et al*, 2016), no qual recebeu mais de 500 propostas, distribuídas pelo Brasil. Destas foram contempladas 50 propostas, sendo investidos cerca de 7 milhões de repasse para os projetos (BRASIL, 2010). Dentre eles, cinco eram de localidades da Região Norte e, apenas no Pará, três destinos contemplados: Vila do Pesqueiro na Ilha do Marajó, Santarém e Curuçá.

Conforme Sansolo e Bursztyn (2009), diversos territórios protegidos da Amazônia encontraram no TBC uma oportunidade de crescimento, já que se trata de uma atividade diferenciada de baixo impacto ambiental e, assim, uma possível ferramenta de geração de renda associada à proteção da natureza e da cultura local.

Observa-se que o TBC coaduna com as perspectivas do turismo sustentável, sendo sua construção baseada em princípios e valores éticos. Há a valorização do meio ambiente e da cultura das pessoas como promotora dos saberes e fazeres locais, no intuito de conscientizar para sua importância; isso aumenta sua autoestima e amplia sua fonte de renda.

Mediante a isso, o processo de planejamento da atividade turística de base comunitária deve ser minucioso, considerando as especificidades da localidade e a democratização de oportunidades e benefícios, além de buscar a configuração de um novo modelo de implementação de projetos centrados em parceria, corresponsabilidade e participação (IRVING, 2009).

3.4 Planejamento

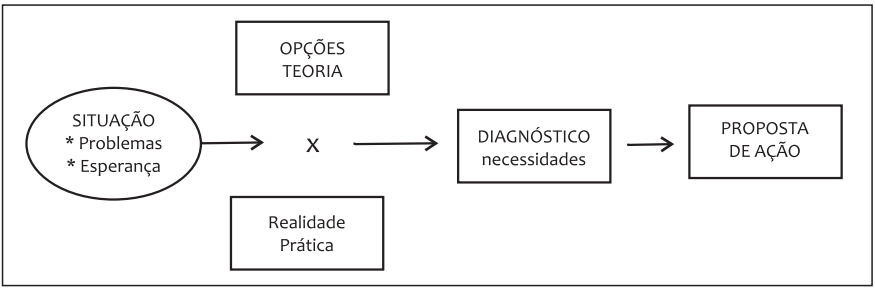
O planejamento é aqui conotado como o ato de organizar a atividade atual e a projetar para o futuro. De acordo com Maximiano (2004), entende-se por planejamento a atividade de se definir um futuro desejado e de se estabelecer os meios pelos quais este futuro será alcançado.

Mitraud (2003, p.34) concorda ao afirmar que "o planejamento pode ser entendido como a definição de estratégias e meios para sair de uma situação atual visando alcançar uma situação futura desejada". Segundo Kotler e Armstrong (2003, p. 33), "o planejamento encoraja a administração a pensar sistematicamente no que está acontecendo e no que acontecerá".

Com base nesses conceitos, devemos considerar o planejamento como um instrumento que auxilia a ampla compreensão de uma realidade, analisando um problema central e criando propostas para solucioná-lo, resultando, assim, na elaboração de um plano de ação para combatê-lo. Para isso, conta com a participação conjunta dos moradores, instituições governamentais e não governamentais na criação de elos que promovem compromissos sociais.

Gandin (2010) acrescenta que o planejamento é uma intermediação entre as ideias e a ação; é quando, diante de uma situação sobre a qual se pretende intervir, é realizado um diagnóstico, composto de uma identificação da realidade à luz da teoria (ou situação ideal), para que se alcance uma proposta de ação (plano). Desta forma, o autor esquematizou um diagrama (figura 2), transmitindo a noção de planejamento.

Figura 2 - Modo de aplicação do planejamento.



Fonte: GANDIN, 2010, p.46.

Diante do exposto, é possível observar que as propostas de ação são estruturadas seguindo um planejamento, analisando a situação, buscando as teorias conforme as especificidades do local, elaborando um diagnóstico com essas informações de forma participativa, e, só assim, realizando uma proposta que vai ao encontro dos anseios da comunidade na busca de benfeitorias.

Em consonância a este esquema foi desenvolvido este trabalho; buscou-se estabelecer de forma organizada as etapas para um planejamento criterioso, integrado, participativo e sustentável. Trazendo essas práticas para a realidade local, é notória a importância no campo do turismo, pois é com base em suas premissas e conceitos que se desenvolvem dinâmicas que trazem o equilíbrio entre ambiente e a comunidade receptora.

Quando se aplica o planejamento dentro de uma comunidade, está dando a ela uma alternativa para o crescimento econômico, desenvolvimento de estratégias para o subsídio da matéria-prima, que pode ser oriunda do extrativismo, fruticultura e outras.

É importante compreender o papel do turismo em uma comunidade receptiva, pois é através dele e de suas atividades que se podem traçar planos para que haja uma qualidade de vida e harmonia entre o público interno e externo. Dias (2008, p. 154) complementa que "o planejamento do turismo pode e deve converter-se em importante ferramenta para se alcançar a sustentabilidade econômica, sócio cultural e ambiental dos espaços locais (...)".

Partindo deste ponto de vista, podemos compreender que o ato de planejar, requer um profundo conhecimento da evolução desse processo, desde sua essência de organização do espaço até no âmbito do intelecto, no qual é subdividido nas áreas de atuação. Neste caso, no turismo nas comunidades de base comunitária.

Resultados e discussão

Perfil Produtivo e Socioeconômico da Comunidade Caripi/PA

Analisando os dados coletados durante as entrevistas, verificou-se que, dentre os 16 entrevistados, 75% são homens e 25% são mulheres, 56% com faixa etária entre 51 e 70 anos; 25% têm de 31 a 40 anos; 13% têm de 41 a 50 anos. A maioria mora há muito tempo na Comunidade, ultrapassando 5 anos (62%) e 38% nasceram na Comunidade.

Dentre os proprietários, 56% são casados, 19% possuem união estável, 19% são solteiros e 6% são viúvos, não possuindo nenhum divorciado. A média de filhos é 5,5 variando entre um e dez filhos. Ao serem questionados sobre o número de pessoas que moram na residência, a resposta variou de 1 a 10 pessoas, com uma média de 4,5 pessoas.

Sobre a escolaridade, foi constatado que 56% dos entrevistados estudaram até o ensino fundamental incompleto (1º a 4º série), 13% estudaram o ensino fundamental completo e outros 6% finalizaram o ensino médio. Referente ao ensino superior, 13% estão cursando e 6% já finalizaram. Desse montante, 6% não possui instruções.

Conforme informação coletada no inventário aplicado na OPP2, existe na comunidade apenas o ensino fundamental (1º a 5º série). Com isso, para dar sequência aos estudos, os alunos devem, após essa etapa, se deslocar para o município de Cametá. Diante dessa realidade, analisando os dados apresentados, foi observado que o nível escolar dos proprietários e seus cônjuges é relativamente baixo, pois muitos acabam desistindo ao finalizar o ensino até 4º série, devido à necessidade de se deslocar para a cidade. Já em relação a seus filhos, quanto ao grau de escolaridade relativizando por faixa etária, foi possível observar que a situação da escolaridade familiar melhorou comparado ao chefe da família.

Para compilação melhor dos dados, foi estruturada a figura 3, apresentando informações referentes à moradia dos 16 ribeirinhos entrevistados.

Figura 3 – Tabulação referente às especificações das moradias da Comunidade estudada.

Informações	Respostas
Tipo de residência	56% madeira 25% alvenaria 19% madeira e alvenaria
Localização das casas	87% na beira do rio 13% em terra firme
Energia elétrica Abasatecimento de Água Instalações sanitárias	Todas as casas possuem energia elétrica 81% poco artesiano 13% Poço escavado 6% Rio, riacho ou vazante 44% fossas suspensa e de madeira 44% sanitário com fossa séptica 12% não possui sanitário
Descarte dos dejetos (lixo)	93% prática de queima 7% Lixão
Eletrodoméstico: Nº correspondente ao quantitativo de propriedades * prop = propriedade	16 prop com Fogão - Todas possuem 14 prop com Televisão 13 prop com Geladeira 12 prop com Liquidificador 12 prop com Máquina de lavar roupa 12 prop com Rádio 08 prop com Aparelho de som 02 prop com computador

Fonte: DONATO (2016)

A razão desse levantamento justifica-se pelo fato de que, para receber visitantes no futuro, algumas propriedades terão que produzir a alimentação, principalmente no armazenamento do alimento e na produção de suco de frutas para consumo do turista, é necessário, então, conhecer especificidades de suas propriedades.

Referente à distribuição de fonte de renda, foi realizado um pareamento das opções que colaboram para o incremento da renda familiar. Notou-se que o benefício social apresentou a maior participação, com 25%,

seguido da pesca artesanal e da agricultura familiar, ambas com 22% de aquisição de renda e, por fim, o extrativismo (13%).

Os moradores se auto definem "pescadores extrativistas da agricultura familiar", pois cada uma dessas atividades possui uma dinâmica específica, ou seja, no denominado inverno, que é o período de cheia (janeiro a junho) a pesca é a atividade principal. De março em diante ocorre a safra do camarão regional. E entre agosto e novembro acontece o período da safra do açaí.

No que se refere à renda familiar, os dados indicam que 50% das famílias recebem apenas 1 salário mínimo, 44% de 2 a 3 salários mínimos e apenas 6% acima de três salários. A renda familiar mensal da comunidade de Caripi está abaixo dos índices brasileiros, o que reforça a exclusão social dessa população segundo o conceito de exclusão social do IBGE (2014). Ao serem questionados sobre quantas pessoas contribuem para a renda familiar, foi observado uma média de 2,5 pessoas que contribuem na casa.

Outra contribuição para composição da renda familiar são os benefícios sociais, nota-se um percentual significativo que acessam aos benefícios (75%), provinda grande parte do programa Bolsa Família, aposentadoria e seguro defeso.

Quanto às atividades econômicas, as famílias apresentaram várias atividades concomitantemente realizadas em suas propriedades. Pimentel e Eid (2000) citam que a diversificação da produção se constitui numa característica da agricultura familiar. Assim, nessa região considerada de várzea, predomina a produção familiar tanto na agricultura de subsistência como no extrativismo vegetal de espécies florestais e na pesca.

Nota-se que o percentual entre agricultura familiar (36%), extrativismo (29%) e pesca (32%) é extremamente pequeno, destacando que na comunidade o Cacau (*Theobroma cacao*) e o Cupuaçu (*Theobromagrandiflorum Schum*) estão na classificação de agricultura familiar, visto terem sido implantados.

Já no extrativismo, foi possível verificar a porcentagem de comercialização do produto, tendo a exploração do açaí (*Euterpe oleracea)* com 42%, se intensificando cada vez mais, uma vez que este é um dos principais produtos da economia local, seguido pela pupunha (*Bactris gasipaes*) com 19%, e o pequiar (*Caryocar brasiliense*) com 15%.

A pesca artesanal segue em predominância com as demais atividades, sendo realizada com apetrechos e materiais construídos artesanalmente pelos próprios pescadores como, por exemplo, o matapi, o pari, o caniço e o acerco (malhadeiras ou redes de pesca), dentre outros. O pescado e o camarão ficam com a mesma importância na comercialização, sendo as espécies mais capturadas a pescada branca e o mapará (culturalmente um identificador da cultura dos cametaenses).

Costa (2006, p.273) afirma que "o peixe, junto com o camarão, são os principais produtos que os ribeirinhos se abastecem a partir do rio Tocantins". Ambos representam 32% da renda familiar, mesmo ocorrendo uma baixa oferta nos primeiros seis meses do ano e em especial no final do período de inverno, além do seu uso para abastecimento e consumo próprios.

Quanto à horticultura, os dados apresentam apenas 3% de representatividade, caracterizada pelo cultivo de hortaliças e também ervas medicinais em pequenos canteiros suspensos, como espécies que servem de tempero. Os legumes e hortaliças não contribuem com a renda e, consequentemente, 56% alegaram não possuir o hábito do cultivo. Esses dados contradizem com a porcentagem de consumo, visto que 63% responderam que consomem sempre e 31% só consomem às vezes.

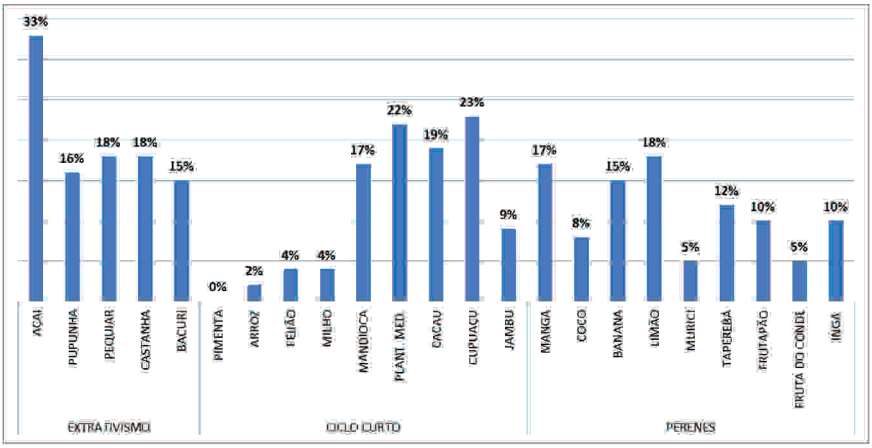
O gráfico abaixo apresenta a variedade de vegetação encontrada nas propriedades dos entrevistados, cultivadas à medida que se distancia da casa em direção à floresta, em conjunto também com as espécies da mata nativa. Desta forma, as espécies foram organizadas para análise conforme os tipos de usos dos recursos naturais: extrativismo e a forma de plantio (ciclo curto e perenes).

Na sistematização dos dados em relação com as atividades de comercialização, portanto, foi possível verificar que nem todas as espécies de vegetação diagnosticadas contribuem com a renda familiar, sendo mais utilizadas para consumo próprio.

Dentre as espécies frutíferas perenes apresentadas, destacam-se o limão (18%), manga (17%), banana (15%), taperebá (12%), seguido pelas demais de menor porcentagem. Os dados retratam que a fruticultura nessa região é quase sempre feita em consórcios (COSTA, 2006; APACC, 2010),

visto ser uma alternativa viável para os agricultores familiares pelo baixo impacto ambiental. Consideramos que uma das bases da atratividade para o TBC se dá pela oportunidade de conhecer e usufruir tanto das frutas *in natura* como de seu beneficiamento.

Figura 4 – Espécies de vegetação que mais circundam as propriedades.



Fonte: DONATO (2016)

No que diz respeito às espécies de ciclo curto, nota-se que as plantas medicinais (22%) estão presentes em grande parte das propriedades. Em algumas casas é possível encontrar canteiros suspensos e espaços bem organizados para utilização de tratamentos caseiros contra enfermidades. Mas, apesar de sua abundância, sua participação na renda familiar é inexpressiva. A mandioca aparece com 17% de representatividade nas propriedades, e sofre um processo de transformação para a preparação da farinha e de outros derivados.

As espécies do extrativismo aparecem em grande proporção nos lotes, entre os mais citados estão o açaí (33%), pequiá e castanha (com 18% cada). Todas essas espécies citadas são utilizadas na dieta alimentar das famílias e consumidas diariamente conforme a época do ano.

Menos expressivas, as oleaginosas estão também presentes nos lotes dos ribeirinhos. Dentre os moradores entrevistados, 7% possuem a árvore da úcuuba (*Virola surinamensis)*, mas ela está sem aproveitamento pelos

moradores de Caripi, os quais reivindicam aprendizagem para realizar seu manuseio e comercialização. A andiroba *(Carapa* guianensis), árvore da família Meliaceae, aparece com uma pequena representatividade de 1% nas propriedades.

Diante de toda biodiversidade analisada nesta pesquisa, foi possível observar que a manutenção da diversidade natural é estimulada pela valorização do cultivo de espécies perenes (algumas nativas) e ainda pelo abandono da agricultura de corte e queima, o que contribui muito para sustentabilidade do ambiente.

Ao serem questionados sobre o que gostariam de produzir em sua propriedade, 47% mencionaram que gostariam de cultivar horta, 25% peixe de tanque, 10% camarão, 6% frango, entre outros mais. Diante desses desejos, os moradores alegam que os maiores empecilhos são a questão financeira (43%), falta de espaço (15%), terreno inapropriado (14%), assistência técnica (7%), entre outras justificativas mais específicas em cada propriedade.

Dentre os entrevistados, 50% alegaram que nunca receberam algum tipo de assistência técnica; os que obtiveram o receberam pela APACC, sendo 7 propriedades (44%) das 16 pesquisadas, e 1 propriedade (6%) atendida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Quanto à participação em organizações classista-sindicais, 19% alegam que não são filiadas; dos que participam, 56% são filiados ao sindicato, que nesse caso é a Colônia de Pescadores Z16, 12% são de associação e 13% marcaram a questão "outros".

Sob o enfoque do turismo, foi possível identificar que hoje a comunidade Caripi não realiza nenhum tipo de turismo organizado, sendo que algumas propriedades recebem esporadicamente alguns visitantes/estudantes para conhecer o que cultivam, sem nenhum retorno para a localidade. Assim, 100% dos entrevistados demonstraram interesse em participar do desenvolvimento do TBC em sua comunidade.

Além dos fatos acima expostos, e correlacionando os princípios do TBC com a realidade da comunidade Caripi, buscou-se saber se o

proprietário da sede hospedaria um visitante em sua casa para pernoitar, caso fosse necessário, 88% disseram que sim, 6% não hospedaria.

Os dados produzidos mostram a riqueza da biodiversidade existente nessa localidade, tanto nas atividades produtivas comumente praticadas, como no extrativismo vegetal e na pesca artesanal. Além da presença de outras atividades menos frequentes como a criação de pequenos animais, piscicultura, cultivo de sistemas agroflorestais (SAFs) e de outras espécies, sendo consideradas potencialidades para o desenvolvimento do TBC.

Neste sentido, a comunidade de Caripi, segundo as matrizes do estudo realizado nas propriedades ribeirinhas, apresenta princípios de atratividade para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, com ênfase na agricultura familiar.

Procedimentos metodológicos para implementação de TBC na comunidade Caripi

Utilizando como base as fases apresentadas na figura 1, estruturadas pela metodologia da pesquisa-ação-participante, serão apresentados aqui os procedimentos metodológicos desenvolvidos para implementação do TBC, os quais estão estruturados no quadro abaixo, em que é apresentada cada fase e sua subdivisão, totalizando sete passos.

Quadro 1 – Fases da pesquisa com suas atividades e ferramentas.

FASES	PASSOS	ATIVIDADE / INSTRUMENTO	FERRAMENTA PARTICIPATIVA
FASE 1 Concepção e construção do diagnóstico	1º Passo	Momento Investigativo: identificação e organização dos atores do projeto; seleção da área com visitas exploratórias preliminares e de observação; levantamento e elaboração de um marco teórico comum.	Entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave; Visitas exploratórias; Diário de campo; Matriz de resumos; Coleta de dados secundários.

FASE 1 Concepção e construção do diagnóstico	2º Passo	Oficina de Planejamento Participativo (OPP1): Diagnóstico com palestra de sensibilização sobre a importância do planejamento participativo com a apresentação do projeto, aplicação do Diagnóstico (levantamento do macro e microambiente – Análise SWOT), ferramenta Matriz Analítica e aplicação dos questionários semiestruturados.	Diagnóstico/Análise SWOT; Chuvas de ideias ou Brainstorming; Matriz Analítica; Questionários semiestruturados.
	3º Passo	Desenvolvimento da proposta em formato de Projeto para ser contemplado pelo edital de extensão da DEX/IFPA para formação de uma equipe interdisciplinar.	Projeto de extensão com equipe interdisciplinar.
	4º Passo	Reconhecimento sensorial da área – Visita *in loco* na comunidade e aos atrativos identificados para realizar o levantamento de dados básicos da atual situação geoambiental (físico-biótica e socioeconômica) necessários a identificação espacial de dados e análise das potencialidades. Aplicação dos questionários semiestruturados aos pescadores artesanais ausentes nas OPPs. Observação da infraestrutura disponível na localidade.	Coordenadas Georreferenciadas (GPS). Diário de campo. Questionários semiestruturados

FASE 2 Planejamento participativo	5º Passo	Oficina de Planejamento Participativo 2 (OPP2): Levantamento das potencialidades, com aplicação da ferramenta Inventário turístico. Escolha dos cursos de interesse da Comunidade. Calendário sazonal e slide-áudio e proposta de produtos alimentícios da biodiversidade para se trabalhar na área da gastronomia.	Inventário turístico; Calendário sazonal
FASE 3 Construção e validação dos produtos finais	6º Passo	Sistematização das informações levantadas - Perfil Socioeconômico da Comunidade Caripi/PA. Compilação das informações para estruturação de produtos na busca de desenvolver do turismo de base comunitária. Reunião interna para validação do direcionamento e objetivos.	Perfil Socioeconômico Tabulação e gráficos
	7º Passo	Apresentação e validação das propostas/Produtos. Apresentação aspectos prioritários para seu desenvolvimento do TBC	Mapas temáticos; Folder; Proposta dos cursos e prioridades de TBC.

FASE 1 - CONCEPÇÃO E CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO.

1º Passo – Momento Investigativo

O primeiro passo foi a identificação da localidade que iria compor o universo da pesquisa, ou seja, aquelas localidades que poderão contribuir com a proposta de implantação do planejamento participativo de base comunitária.

Conforme Pinto (2014, p.165), "o objetivo do momento investigativo é produzir um conhecimento, uma compreensão da problemática e do grupo, concomitante da percepção coletiva". Em outras palavras, este momento procurará identificar e selecionar a área de estudo, organizando-se de maneira sistemática, com a ajuda da teoria e de contatos com pessoas, grupos, órgãos que tenham informação, conhecimento ou experiências diretas com a população. Além disso, organizar-se-á a base teórica, que servirá para articular e analisar as informações, fatos, dados, com os conceitos básicos.

O processo de seleção da comunidade da mesorregião do Nordeste Paraense ocorreu de maneira participativa, ponderando a amplitude da região com cerca de cento e doze ilhas pertencentes ao Município de Cametá. Contou-se assim com a contribuição de várias entidades do poder público e privado, instituições, organizações e principalmente a própria comunidade. A metodologia desenvolvida foi baseada em "entrevistas semi-estruturada com informantes-chave".

O objetivo foi detectar, levantar e catalogar informações básicas para a escolha de qual comunidade seria interessante realizar a execução do trabalho. Esses contatos permitiram a escolha de três comunidades pertencentes à região de Cametá, sendo uma localizada na região das Ilhas (comunidade de Cuxipiri), uma em terra firme (comunidade Cametá-Tapera) e uma na região de Várzea (comunidade Caripi).

Durante essas visitas exploratórias, foram coletadas informações prévias sobre as comunidades, além de levantamento de algumas características do meio biofísico (tipos de biomas, ecossistemas e características de vegetação). Tudo foi registrado no diário de campo.

Dentre as comunidades visitadas, foi selecionada a comunidade Caripi como objeto de estudo. Estabeleceu-se um recorte específico na área para delimitar o território e identificar com maior precisão as propriedades interessadas em participar do projeto. Os atores convidados foram agricultores familiares, sendo que suas propriedades foram renomeadas na ordem alfabética, seguido do primeiro nome do responsável pela gestão de cada unidade familiar.

2º passo - Oficinas de Planejamento Participativo (OPP)

O segundo passo culminou na realização de Oficinas de Planejamento Participativo (OPP1) com os moradores da comunidade Caripi, na busca de informações relevantes para o trabalho que geraram reflexão junto aos agentes que compõem o universo a ser pesquisado. Os resultados da oficina foram:

• Caracterização do cenário atual da comunidade, identificando necessidades para o aprimoramento e coleta de informações;

• Aplicação do diagnóstico (levantamento do macro e microambiente – análise SWOT), chuvas de ideias e ferramenta Matriz Analítica;

• Identificação das dificuldades e potencialidades da Comunidade;

• Aplicação dos questionários semiestruturados.

• A oficina contribuiu com a primeira fase da coleta de dados para a elaboração do diagnóstico da comunidade, permitindo iniciar a sistematização dos dados e das experiências.

FASE 2 - PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

3º passo – Formação de Equipe Interdisciplinar

Levando em consideração a amplitude da proposta, observou-se a necessidade de ampliar a equipe executora com demais colaboradores. Interatuam, nessa equipe, pesquisadores de diferentes áreas e níveis de graduação, sendo de preferência correlatas às áreas de abrangência do projeto.

Entre as estratégias formuladas, foi definida a ampliação da equipe com voluntários possuindo formação técnica ou profissional em áreas de envolvimento do projeto, além do apoio dos mobilizadores ou agentes comunitários, os quais foram indicados pelos próprios moradores. Desta forma, foram estabelecidas quais áreas necessitavam de profissionais para colaborar no desenvolvimento do trabalho, considerando a disponibilidade e a realidade local. Dentre elas estão: Bacharel em turismo, Técnico em Agropecuária, Técnico de Agroecologia, Técnico em Agrimensura, Técnico Eventos e Engenheira de Alimentos.

Para Pinto (2014. p.163), "a equipe interdisciplinar é aquela integrada por pessoas com distintas especializações ou orientações profissionais e com experiência variadas".

4º passo – Reconhecimento Sensorial da área

O reconhecimento sensorial da área de estudo se deu pelas visitas *in loco* nas propriedades que se propuseram a participar da proposta de TBC na Comunidade Caripi pertencente à região de várzea, especificamente nas propriedades identificadas nas fases anteriores.

Por meio da observação da infraestrutura disponível na localidade, foi feito o georreferenciamento com uso do receptor GPS e registros fotográficos. O objetivo desse passo foi realizar a coleta de coordenadas geográficas dos agroecossistemas familiares, realizadas com a utilização de equipamento *Global Positioning System* (GPS) (modelo GARMIN; DATUM SAD 69). Ou seja, foi realizada a identificação espacial das áreas/propriedades em que se dispuseram realizar as atividades de TBC, para elaboração dos mapas e demais materiais.

5º passo – Oficina de Planejamento Participativo - Levantamento das Potencialidades (OPP2)

A Oficina de Levantamento das Potencialidades buscou identificar os arranjos socioprodutivos de base comunitária que podem ser agregados ao desenvolvimento local, reforçando o saber fazer dos sujeitos locais e as práticas produtivas sustentáveis. Os resultado da oficina foram:

- Apresentação do vídeo – Modelo de TBC da Amazon Sat;
- Aplicação do Inventário turístico com a apresentação do resultado da análise SWOT;
- Levantamento das potencialidades de cada propriedade;
- Calendário sazonal participativo dos produtos da biodiversidade;
- Slide-áudio de possíveis produtos para se trabalhar na área gastronômica.

A proposta de apresentação do vídeo objetivou mostrar uma realidade semelhante ao desenvolvimento do TBC na comunidade amazônica Tupé no Estado do Amazonas, como exemplo de uma das propostas que deram certo na região Norte do Brasil. O resultado foi positivo, pois muitos se identificaram e entenderam melhor como pode ser sua participação nesta ação.

A aplicação do inventário visou estabelecer quais os arranjos socioprodutivos de base comunitária possui a comunidade, e quais podem ser desenvolvidos no futuro por meio de cursos e oficinas de aprendizagem, considerados como futuras potencialidades turísticas. Esse levantamento teve como base o trabalho realizado por Monteiro *et al*. (2015) com experiências com comunidades tradicionais, o qual visou buscar informações de atrativos que a comunidade gostaria que representassem sua identidade. Para isso, foi realizado um "Levantamento Oral e Integrado", no qual os participantes foram estimulados a listar os atrativos e serviços oferecidos, denominados no quadro como potencialidades.

Considerando que a região em estudo apresenta uma rica biodiversidade com inúmeras espécies arbóreas e arbustivas, foi necessário identificar as espécies que mais se destacavam, e estruturá-las em função da estação do ano. Essa etapa foi designada como "Calendário Sazonal", que evidencia os ciclos naturais e sociais de acordo com a estação do ano (FARIA e NETO, 2006; GEILFUS, 2009; VERDEJO, 2010).

Ao final, foi possível detectar quais produtos poderiam ser desenvolvidos de acordo com cada mês do ano, considerando os períodos de produção e a dinâmica do rio, possibilitando a realização de atividades de forma consorciada. Essa ferramenta permitiu estruturar um calendário gastronômico de visitação conforme a época do ano.

Ao final, a engenheira de alimentos apresentou um vídeo-áudio denominado "Estudo dos Produtos Alimentícios" com o conteúdo específico para a comunidade, seu embasamento se deu na análise da pesquisa aplicada aos atores na primeira oficina. Realizou-se uma reflexão de que produto alimentício pode abordar a sociobiodiversidade, podendo ser um produto regionalizado, o qual irá caracterizar o território e a valorização da cultura.

Neste contexto, foram apresentados aos partícipes cinco produtos da biodiversidade que existe em abundância na comunidade, para reflexão das possibilidades. Isso feze com que os atores expressassem qual produto alimentício caracterizava mais a identidade da região para que pudessem buscar no futuro a realização de um curso de fabricação desses alimentos para comunidade Caripi.

FASE 3 - CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DOS PRODUTOS FINAIS

6º passo – Sistematização das informações levantadas.

O sexto passo é a compilação de todas as informações para estruturação de produtos que poderão auxiliar no desenvolvimento do TBC. Segundo Pinto (2014), tenta-se recolher tudo: diagnóstico, dados censitários existentes e observação participante. Só então pode se proceder uma análise dos mesmos.

Este momento ocorreu internamente (em escritório), com a elaboração de propostas de ação pensadas por meio dos dados coletados nas saídas de campo, realizando o processamento, tabulação e análise de todas as informações coletadas, com geração de tabelas, gráficos e quadros que retratem os apontamentos obtidos durante os momentos participativos, buscando sistematizar as informações obtidas.

É nessa fase que se concebe a elaboração do plano de implementação de TBC na comunidade Caripi, com a produção dos mapas, folder e formatação do roteiro, tendo como base todos os dados coletados, analisados e estruturados.

7º passo - Apresentação e validação das propostas/produtos

O último momento é o de apresentar à comunidade os resultados de todo o trabalho desenvolvido por meio de propostas para os encaminhamentos necessários a implementação do plano de TBC. São esses os objetivos da etapa:

Validar o diagnóstico de atrativos e potenciais observados na comunidade;

Apresentar os mapas temáticos (de potencialidade e de atrativos);

Exibição do folder da Comunidade Caripi.

Apresentação aspectos prioritários para seu desenvolvimento do TBC.

Foram apresentados aos participantes os produtos, dando a oportunidade para que todos observassem e dessem suas opiniões, tendo em vista que o processo decisório deve contribuir, essencialmente, para validação do produto.

Conclusão

A partir do diagnóstico realizado na comunidade, foi possível conhecer suas necessidades e suas potencialidades, destacando a riqueza de sua sociobiodiversidade e o interesse da comunidade em desenvolver uma ação que traga melhores condições de vida, sem prejudicar seu ambiente. Diante desses fatos, sustentando-nos na análise e avaliação dos dados obtidos pela pesquisa-ação-participante, foi possível criar uma metodologia que apresentasse passos para iniciar a implementação de TBC em uma comunidade ribeirinha e propor ações para tornar o turismo de base comunitária uma estratégia de desenvolvimento sustentável para essa localidade.

Assim, com o uso do Diagnóstico Rural Participativo foi viável identificar alternativas de ações ligadas ao meio ambiente e atividades turísticas, garantindo a participação dos agricultores familiares de forma organizada nos processos de planejamento e desenvolvimento de projetos, na busca de alternativas para aumentar o orçamento familiar e trazer melhorias e qualidade de vida para comunidades tradicionais. Além disso, pôde-se proporcionar a conscientização da comunidade sobre a valorização e preservação de sua flora e fauna.

Na execução das fases da pesquisa, foi possível identificar os atores e parceiros, executar a construção do diagnóstico da localidade e constituir uma equipe interdisciplinar que colaborou na concretização de cada passo. Tornou-se viável, também, realizar o reconhecimento sensorial da área que possibilitou a obtenção dos dados para o mapeamento e compilação das informações. Todas essas ações contribuíram para demonstrar as potencialidades da sociobiodiversidade existentes na comunidade Caripi.

Incentivando, portanto, a formação de articulações e ações que fortaleceram os arranjos produtivos locais na elaboração de produtos exequíveis que colaborarão para o futuro desenvolvimento de TBC na comunidade Caripi, foi possível verificar suas inúmeras potencialidades a partir de seus produtos da sociobiodiversidade (fauna, flora e patrimônios imateriais). Detectamos alternativas para desenvolver o TBC, visto a riqueza existente na região pesquisada.

Referências

APACC – Associação Paraense de apoio às Comunidades Carentes; ANA - Articulação Nacional de Agroecologia. **Redes Locais Tecendo Saberes Agroecológicos**: a experiência da APACC de extensão rural na região Tocantina (Pará), 2010. Disponível em: <http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=902>. Acesso em: maio de 2015.

BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Em: Estudos Avançados, vol.19, nº 53. p.71-86, 2005.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BOFF, L. **Sustentabilidade:** o que é – o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BRASIL. Instituto Marca Brasil. **Rede de cooperação técnica para a roteirização**: manual de orientações metodológicas. 2 ed. Brasília: Instituto Marca Brasil, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário –MDA; Ministério do Meio Ambiente, MMA; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDA. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, 2009b.

BRASIL. Ministério do Turismo (MTUR). **Turismo e sustentabilidade**: Orientações para prestadores de Serviços Turísticos. Guia. Brasília, 2016.

_____. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2001.

CANTO, Otavio do. **Várzea e varzeiros da Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007. 167 p. (Coleção Eduardo Galvão)

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O turismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A. e RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural**: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **Elementos para o Debate acerca do Conceito do Turismo Rural.** Turismo em Análise. v 21, n. 1, 2010, p. 3-24. <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14203/16021> Acesso em 2 out. 2015.

CARDOSO, A. C. *et al*. Planos Diretores no Tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CARDOSO, A. C.; CARVALHO, G. (Org.). **Planos diretores participativos**: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007,

COOPER, Chris; HALL, Michael; TRIGO, Luiz Godoi. **Turismo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CORIOLANO, Luzia N. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem, 2009. p. 277 – 288.

CORIOLANO, Luiza Neide M. **Turismo e Natureza**. Fortaleza: EDUECE, 2007.

COSTA, Gilson S. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

COSTA, Nilson L; SANTANA, Antônio C; BASTOS, Ana Paula; BRUM, Argemiro. Desenvolvimento tecnológico, produtividade do trabalho e expansão da Cadeia Produtiva da Soja na Amazônia Legal. In SANTANA, Antônio Cordeiro de (org). **Mercado, cadeia produtiva e desenvolvimento rural na Amazônia**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2014.

DAL SOGLIO, Fábio Kessler. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação? In: GUERRA, Gutemberg Armando D.; WAQUIL, Paulo D. (org.). **Desenvolvimento Rural sustentável no norte e no sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

EID, Farid; CHIARIELLO, Caio Luis. **Organização de cadeias produtivas sob controle dos trabalhadores e desenvolvimento rural.** *In:* Terceira Margem Amazônica. Outras expressões. São Paulo. v1, n1. 2012

FARIA, Andréa da C; NETO, Paulo Sérgio Ferreira. **Ferramenta do Diálogo** – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.

FAPESPA - **Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará**. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/?q=content/diagn%C3%B3sticos-para-ppa-2016-2019>. Acesso em: abril, 2015.

FERREIRA, Victor H. Moreira. **Teoria geral do turismo**: livro didático. 2. ed. rev. Palhoça : UnisulVirtual, 2007.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GEILFUS, Frans. **80 Herramientas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planification, monitoreo y evaluación. San José, Costa Rica: IICA, 2009.

GÓMEZ, C. P. *et al*. **A participação da comunidade no Turismo de Base Comunitária**: um estudo de múltiplos casos. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 263-279, ago. 2016.

KOTLER, Phillip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 9ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades.** Disponível em: http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=150210

&search=para|cameta|infograficos:-dados-gerais-do-municipio. Acesso em: Out. 2014.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? *In:* BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108 - 119.

LIMA, Adilson Viana. **Desenvolvimento Sustentável**: reflexões conceituais para a Amazônia. In: Terceira Margem Amazonica / Outras Expressões.- v.1, n.1 São Paulo : Outras expressões, 2012.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia:** uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. Estudos Avançados (USP), vol. 16, nº 45. p.107-121, 2002.

MALVEZZI, Mariana. **Sustentabilidade e emancipação**: A gestão de pessoas na atualidade. São Paulo: Editora Senac, 2013.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). **Turismo de Base Comunitária** - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MITRAUD, Sylvia. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MONTEIRO, Patrícia Ortiz; NAVARRO, Flávia C. Suárez; SIMOES, Eliane e BUOLOTTI, Juliana M. **Turismo de Base Comunitária e Planos de Negócios**: uma experiência com comunidades tradicionais. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2015.

MONTIBELLER, Francisco Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2ª ed. Florianópolis: ed. Da UFSC, 2004.

MORAES. Werter V. de. **Análise do ordenamento dos atrativos de turismo de base comunitária no território da serra do brigadeiro – MG.** Tese *DoctorScientiae.* 2011.

MOURÃO, Roberto M. F. **Manual de melhores práticas para o ecoturismo.** Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.

NICODEMO, Leonardo Pivotto; NICODEMO, Sinara Cybelle T. e Silva. **Indicadores de sustentabilidade ambiental para avaliação de empreendimentos hoteleiros**: estudo de caso da Praia de Ponta Negra-Natal- RN. 62ª Reunião Anual da SBPC. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos/resumos/1725.htm>. Acesso abril de 2016.

OLIVEIRA, Taís N.; BRANDÃO, Laryssa P.; PENA, Heriberto. **Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Cametá, Amazônia-Brasil**. Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-cameta.html>. Acesso março 2015.

OPPLIGER, Emilia A.; FONTOURA, Fernanda M.; OLIVEIRA, Ademir K.M.; TOLEDO, Maria C.B.; SILVA, Mauro H.S.; GUEDES, Neiva M.R. **O potencial turístico para a observação da avifauna em três áreas verdes na cidade de Campo Grande, MS.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, pp. 274-292, São Paulo, 2016. Disponível em <https://rbtur.org.br/rbtur/article/viewFile/789/715>. Acessado em 29 abril de 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins**: Resumo Executivo. Belém, 2009

PDA – Subprograma Projetos Demonstrativos. **Cametá – Acordos de pesca: uma alternativa econômica e organizacional.** Brasília: PDA, 2006.

PIMENTEL, Andréa Eloisa Bueno; EID, Farid. **As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda.***In:* VII Simpósio de Engenharia de Produção - SIMPEP. Bauru, UNESP, 2000.

PINTO, João Bosco Guedes. **Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação**: textos selecionados e apresentados. Belém: UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

RESQUE, Antonio Gabriel Lima. **Processos de modificação e a sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea do município de Cametá – PA**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

SACHS, Ignacy. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**. v. 9, n. 25. São Paulo: Edusp. 1995.

SAMPAIO, Carlos; LESAMA, Manoel F; ARAUJO, Jussara R; MENDEZ, Edgardo O. **Perspectiva do turismo, solidário e sustentável.** In: SAMPAIO, Carlos; HENRÍQUEZ, Christian; MANSUR, Cristiane. **Turismo comunitário, solidário e sustentável**: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**: **potencialidade no espaço rural brasileiro.** In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (Org.). Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da. **Agricultura familiar**: elementos teóricos e empíricos. Revista Agrotrópica, Itabuna, v.19, p. 21-30, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERDEJO, Miguel E. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. Ver. E Adap. De Décio Cotrim e Ladjane Ramos. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.